



Diretório Nacional reafirma apoio às ações do governo Lula

TROCA DE CADEIRAS

PT nacional tem novos secretários

A reunião do Diretório Nacional do PT definiu os nomes dos novos secretários nacionais do partido. Houve também alterações no DN e na Comissão Executiva Nacional.

O deputado federal Jorge Bittar (RJ) pediu afastamento de seu cargo à frente da Secretaria Geral Nacional do PT por conta da disputa eleitoral que deverá enfrentar nos próximos meses, como candidato do partido à Prefeitura do Rio de Janeiro. Em seu lugar assumirá **Sílvio Pereira**, que deixa as secretarias de Organização e Comunicação.

Para a Secretaria Nacional de Organização foi escolhido **Gleber Naime**, que era secretário-adjunto da Secretaria de Assuntos Institucionais. A prioridade do novo secretário para este ano será avançar na organização do partido — agilizando a comunicação entre as instâncias e trabalhando na base de dados de todos os filiados e dirigentes — para prepará-lo para a disputa eleitoral. “Temos que montar uma rede de documentação rápida para facilitar a comunicação entre os diretórios e ganhar em tempo e eficiência durante o processo eleitoral”, destacou Gleber.

À frente da Secretaria Nacional de Comunicação estará, a partir de agora, **Marcelo Sereno**, que está se afastando da assessoria do Ministério da Casa Civil. Sereno passa a integrar a Executiva na vaga que era de Bittar. “Minha intenção é comunicar as iniciativas positivas do governo federal e estabelecer uma relação mais próxima com a mídia”, afirmou Sereno.

A reunião do DN também formalizou a substituição do senador Aloizio Mercadante (SP) pelo deputado **Paulo Delgado** (MG) como titular da Secretaria de Relações Internacionais. Na prática, Delgado, que era secretário-adjunto de Relações Internacionais, já atuava como titular, por conta das atribuições de Mercadante na liderança do governo no Senado.

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, pediu uma licença de 180 dias (entre 15 de maio e 15 de novembro) da 1ª vice-presidência do partido, período em que estará concentrada em sua campanha à reeleição na capital paulista. Neste intervalo, Marta será substituída por **Mônica Valente**, secretária de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo.

Para o lugar da senadora Heloisa Helena, que foi afastada do PT no final do ano passado, foi indicada a deputada distrital **Arlete Sampaio** (DF).

GERAL

SÍLVIO PEREIRA — Natural de Osasco, SP. Formado em sociologia, foi gerente comercial da Cooperativa Mista dos Trabalhadores da Grande São Paulo (Coopergram) e diretor do Sindicato dos Comerciantes de Osasco. Integrou a direção estadual da CUT-SP. Exerceu os cargos de secretário-geral do Diretório Estadual do PT-SP, 2º vice-presidente do PT Nacional e, entre 2000 e 2004, foi secretário nacional de Organização do PT.



Foto: Heloisa Ballarini

ORGANIZAÇÃO

GLEBER NAIME — Natural de MG. Militou nos movimentos de base da Igreja Católica nos anos 70 e 80 e foi líder estudantil em MG. Foi eleito vereador pelo PT por dois mandatos e secretário de governo da Prefeitura de João Monlevade (MG). Foi dirigente do PT em Minas Gerais. Está no 2º mandato do Diretório Nacional do PT. Deixa o cargo de secretário-adjunto da Snai (Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais).



COMUNICAÇÃO

MARCELO SERENO — Natural do RJ. Foi dirigente sindical na Companhia Vale do Rio Doce e dirigente do PT a partir de 1989. Em 1994, integrou a Executiva Nacional da CUT e, entre 1999 e 2002, ocupou o cargo de secretário nacional sindical do PT. Foi secretário-executivo da governadora Benedita da Silva, no RJ, e está deixando o cargo de chefe da Assessoria Especial do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAULO DELGADO — Natural de MG. Sociólogo com mestrado em ciências políticas, Paulo Delgado é professor e deputado federal há cinco mandatos. É vice-presidente do Parlamento Latino-Americano. Fundou o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação e foi também fundador do PT. Foi vice-líder do PT na Constituinte e um dos coordenadores da campanha de Lula à Presidência em 1989.



1ª VICE

MÔNICA VALENTE — Natural de SP. Psicóloga, é atualmente secretária de Gestão Pública da Prefeitura de São Paulo (desde janeiro de 2003). Antes (janeiro de 2001 a janeiro de 2003), foi chefe de gabinete da prefeita Marta Suplicy. Foi vice-presidente da CUT Nacional (2000 a 2003 — licenciada em 2001) e presidente do SindSaúde/SP (1990 a 1994).



MEMBRO DA CEN

ARLETE SAMPAIO — Natural da BA. Médica sanitária, foi dirigente do Sindicato dos Médicos do DF por três gestões (de 1985 a 1994). Fundou o PT-DF e atualmente é deputada distrital, liderando neste ano a bancada petista. Foi vice-governadora do DF ao lado de Cristovam Buarque. Em 2003, foi presidente da Comissão de Educação e Saúde na Câmara Legislativa.



RESOLUÇÃO REITERA COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO DO PAÍS POR MEIO DE UM PROJETO DE MUDANÇAS ESTRATÉGICAS

O Diretório Nacional do PT, reunido nos dias 17 e 18 de abril, aprovou uma resolução que reitera o compromisso do partido com a transformação do país por meio de um projeto de mudanças estratégicas e define, entre outros pontos, que o PT deve articular a defesa do partido e do governo para reforçar esse projeto. “A reunião destacou o PT como fiador do governo Lula e vai defendê-lo em todas as instâncias políticas”, resumiu o presidente nacional do PT, José Genoíno.

A resolução trata de temas variados e apresenta argumentos que permitem que o PT retome a iniciativa política e faça esse enfrentamento na defesa das propostas do partido e do governo. “O documento responde a todas as

Esquerda, além das tendências de Ivan Valente e Chico Alencar e também a de Bruno Maranhão) recebeu 21 votos. Em terceiro ficou a tese apresentada pela ten-

busca por constituir um país forte economicamente, socialmente justo, soberano e democrático.

Política econômica

O partido reitera apoio à política econômica do governo Lula, que “alcançou as condições para que a prioridade seja o crescimento e a geração de empregos” e elenca uma série de iniciativas anunciadas pelo governo que vão nessa direção e que comecem a sacramentar “a superação da era FHC”.

Entre essas iniciativas são citadas a política industrial, a regulamentação das PPPs (Parcerias Público-Privadas), o novo modelo do setor elétrico e a política de ciência e tecnologia — vinculadas à capacitação produtiva do país —, além dos investimentos em construção civil e o aumento de recursos para o crédito popular.

Conforme defendeu o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (SP), o país avançou muito apesar de se ver obrigado a manter uma severa contenção das contas públicas como consequência herdada do modelo neoliberal. “Em um ano e três meses, desarticulamos a lógica mais importante desse modelo”, afirmou, referindo-se à vulnerabilidade externa que foi contornada com o superávit inédito nas contas externas e com o recorde histórico nas exportações e na safra agrícola, para citar dois exemplos. “É preciso fazer mais, claro. Mas é preciso também ter co-

ragem para dizer que as restrições são severas”, afirmou.

A resolução trata ainda de segurança pública, de geração de emprego, da relação com os movimentos sociais e da necessidade de se criar um programa criativo de recuperação do salário mínimo, entre outras questões.

Foram apresentadas oito propostas de resolução, mas posteriormente as tendências se reagruparam em apoio a três teses principais. A tese vencedora, com 43 votos, foi a apresentada pelo Campo Majoritário, apoiada também pelas tendências Movimento PT e PT de Lutas e Massas — e que recebeu emendas para aprovação final. A tese defendida por um grupo de quatro tendências (Democracia Radical, Articulação de

“ALGUMAS MEDIDAS, COMO A POLÍTICA INDUSTRIAL, A REGULAMENTAÇÃO DAS PPPS E O NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO COMEÇAM A SACRAMENTAR A SUPERAÇÃO DA ERA FHC.”

TRECHO DA RESOLUÇÃO DO DN

Esquerda, além das tendências de Ivan Valente e Chico Alencar e também a de Bruno Maranhão) recebeu 21 votos. Em terceiro ficou a tese apresentada pela ten-

Outros temas

A reunião do DN tratou também das eleições 2004. O coordenador nacional do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), Sílvio Pereira, apresentou um panorama sobre as coligações que estão sendo negociadas para as eleições e defendeu a busca por alianças políticas dentro do arco permitido pela resolução do DN. “A direção nacional fará todos os esforços no sentido de ampliar o leque de alianças no plano municipal, a partir das capitais”, afirmou.

Os dirigentes aprovaram uma resolução que define critérios para o recebimento de financiamento de campanha como forma de disciplinar o processo eleitoral do PT em todo o país. O documento reitera a proibição de recebimento de recursos para a campanha eleitoral de empresários de bingos, do jogo do bicho e de empresas ou pessoas envolvidas com mão-de-obra escrava. “É preciso ficar muito atento e combater qualquer uso da máquina. E, onde nós governamos, vamos separar a campanha de qualquer relação com a máquina”, destacou Genoíno.

Na reunião, ficou definido o calendário do PED (Processo de Eleições Diretas) 2005, que será no dia 18 de setembro do próximo ano.

Confira mais detalhes sobre os temas abordados e as íntegras dos textos aprovados nas próximas páginas.

FINANÇAS

Partido reitera proibição a doações de origem ilícita

REGRAS TERÃO DE SER CUMPRIDAS POR TODAS AS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS SOB PENA DE SOFREREM SANÇÕES DISCIPLINARES

A exemplo do que já havia sido estabelecido em resoluções anteriores, o Diretório Nacional do PT aprovou um documento que reitera a proibição de recebimento de doações por parte de pessoas físicas ou jurídicas ligadas a jogos de azar, jogo do bicho, bingos ou qualquer outra atividade ilícita ou comércio ilegal. A resolução terá de ser cumprida com rigor por todas as instâncias do partido sob pena de aplicação de sanções disciplinares.

O documento define ainda que as doações em dinheiro serão limitadas a 10% dos rendimentos das pessoas físicas e 2% do faturamento das pessoas jurídicas. Leia abaixo a íntegra da resolução.



Delúbio Soares, secretário nacional de Finanças do PT

Resolução do DN-PT sobre finanças nas campanhas eleitorais

Em face às próximas eleições municipais de 2004, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores - PT, considerando a necessidade de um melhor disciplinamento das atividades de arrecadação de recursos nas campanhas eleitorais, resolve aprovar normas específicas sobre finanças eleitorais, que deverão ser rigorosamente cumpridas por todas as instâncias partidárias e filiados ao partido, sob pena de aplicação de sanções disciplinares. Além disso, como forma de uniformizar as atividades de arrecadação de recursos eleitorais, resolve alertar seus diretórios, comitês eleitorais e candidatos sobre as proibições legais e exigências estatutárias referentes à matéria.

1. Os candidatos deverão, para apresentação da respectiva prestação de contas, observar as normas estabelecidas no Estatuto partidário, devendo, ainda, atender às exigências contidas na Lei Eleitoral, Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral e Resoluções e normas aprovadas pela instância nacional do partido.

2. É vedado ao candidato, ao comitê e à instância municipal de direção receber, direta ou indiretamente, doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

a) Entidade ou governo estrangeiro;

b) Órgão da administração pública direta e indireta ou fundação mantida com recursos provenientes do poder público;

c) Concessionário ou permissionário de serviço público;

d) Entidade de direito privado que receba, na condição de beneficiária, contribuição compulsória em virtude de disposição legal;

e) Entidade de utilidade pública;

f) Entidade de classe ou sindical;

g) Pessoa jurídica sem fins lucrativos que receba recursos do exterior;

h) Fundação Perseu Abramo.

i) Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades relacionadas aos jogos de azar, jogo do bicho, bingos e semelhantes, ou que mantenha qualquer outra atividade ilícita ou comércio ilegal;

j) Pessoa física ou jurídica que mantenha atividades com a exploração da mão-de-obra escrava ou com menores de 14 anos.

3. A utilização de recursos recebidos de fontes relacionadas nas letras "a" até "h" do item 2 constitui irregularidade insanável da prestação de contas enviadas à Justiça Eleitoral, ainda que idêntico valor seja posteriormente restituído.

4. O recebimento, por candidato, comitê ou instância de direção, de recursos de fontes relacionadas nas letras "i" e "j" do item 2 serão passíveis de punição disciplinar.

5. Os recursos destinados às campanhas eleitorais devem respeitar os limites previstos em lei e podem ser provenientes de:

a) recursos próprios;

b) doações de pessoas físicas e jurídicas na forma da lei;

c) doações de outros candidatos, comitês financeiros ou partidos;

d) repasse, pelas instâncias correspondentes, de recursos provenientes do Fundo Partidário;

e) receita decorrente da comercialização de bens ou serviços.

6. São considerados recursos, ainda que fornecidos pelo próprio candidato:

a) dinheiro em espécie;

b) cheque;

c) título de crédito;

d) bens e serviços estimáveis em dinheiro.

7. Toda doação a candidato ou a comitê financeiro, inclusive os recursos próprios aplicados na campanha, deverá fazer-se mediante recibo eleitoral emitido pelo Diretório Nacional de acordo com as normas aprovadas pelo T.S.E..

8. Os recibos eleitorais são documentos oficiais que viabilizam e tornam legítima a arrecadação de recursos para a campanha, sendo imprescindíveis

seja qual for a natureza do recurso, ainda que do próprio candidato, não se eximindo desta obrigação aquele que, por qualquer motivo, não disponha dos recibos.

9. O Diretório Nacional ficará encarregado da distribuição aos comitês financeiros municipais, que deverão repassá-los aos candidatos antes do início da arrecadação de recursos. O candidato que não receber os recibos eleitorais deverá retirá-los no respectivo comitê financeiro municipal, antes do início da arrecadação.

10. A arrecadação de recursos e a realização de gastos por candidatos e por comitês financeiros só poderão ocorrer após observados os seguintes requisitos, sob pena de desaprovacão das contas:

a) solicitação do registro do candidato;

b) solicitação do registro do comitê financeiro;

c) obtenção dos recibos eleitorais;

d) abertura de conta bancária específica para toda a movimentação financeira de campanha.

11. As doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro para campanhas eleitorais ficam limitadas:

a) no caso de pessoa física, a 10% dos rendimentos brutos auferidos em 2003;

b) no caso de pessoa jurídica, a 2% do faturamento bruto de 2003;

c) caso o candidato utilize recursos próprios, ao valor máximo de gastos estabelecido pelo PT e informado à Justiça Eleitoral até o início do prazo de registro das candidaturas.

12. A arrecadação de recursos deverá cessar no dia da eleição, à exceção da necessária para o pagamento das despesas contraídas e não pagas até essa data, que poderá ocorrer até a prestação de contas à Justiça Eleitoral.

13. O candidato do Partido fará, diretamente ou por intermédio de pessoa por ele designada, a administração financeira de sua campanha Na entrega da docu-

mentação para o registro da respectiva candidatura, deverá o candidato comunicar à instância partidária correspondente o número da conta bancária a ser obrigatoriamente aberta em seu próprio nome para a movimentação financeira de sua campanha eleitoral, exceto nos municípios com menos de 20.000 eleitores ou onde não haja agência bancária.

14. O candidato proporcional deverá efetuar os gastos de campanha em seu respectivo nome, assumindo individualmente eventuais dívidas daí decorrentes.

15. Os Comitês Eleitorais devem prestar contas de suas atividades às respectivas Comissões Executivas.

16. A Comissão Executiva de cada instância cuidará para que haja total transparência de todas as atividades de receita e despesa das campanhas eleitorais.

17. A Comissão Executiva Municipal deverá assegurar um mínimo de suporte e infra-estrutura a todas as candidaturas.

18. Os órgãos municipais só arcarão com as dívidas das campanhas eleitorais dos candidatos majoritários quando os gastos tenham sido expressamente autorizados pelo respectivo Comitê Eleitoral e Diretório Municipal.

19. Será constituído um Fundo Nacional de Apoio às Eleições (Funae), destinado a:

a) custear as atividades e materiais produzidos, coordenados ou distribuídos pela direção nacional;

b) assegurar um mínimo de recursos às candidaturas majoritárias;

c) reorientar recursos conforme prioridades

20. O Funae será constituído com recursos oriundos de contribuições de apoiadores e cotas de contribuição estabelecidas para todas as candidaturas. Poderão ser constituídos fundos similares estaduais e municipais, mediante acordo prévio entre as instâncias, para a captação das contribuições.

OPINIÃO

Guerra na Rocinha e segurança pública

José Genoio*

A guerra do tráfico na Rocinha, no Rio de Janeiro, é um retrato dos níveis insustentáveis e inadmissíveis a que chegou a crise da segurança pública no Brasil, particularmente em alguns Estados. Ela é um indicador também da incapacidade e da impotência do poder público e das polícias em fazer frente ao problema da segurança pública e da violência. Esse tema, aliás, aparece nas pesquisas de opinião como uma das maiores preocupações da sociedade, perdendo apenas para o desemprego.

A guerra na Rocinha e a crise da segurança pública exigem das autoridades medidas urgentes, um nível maior de responsabilidade e o abandono de meras veleidades políticas e de atitudes inconseqüentes em fazer frente ao problema da segurança pública e da violência. Antes de tudo é preciso ter clareza das delimitações das responsabilidades e das funções de cada nível de autoridade para, a partir disso, buscar uma conjugação de esforços, uma soma de instrumentos e um planejamento de ações.

A responsabilidade principal da execução da política de segurança pública cabe aos governos estaduais, através das polícias civil e militar. Estados que vêm fazendo reformulações em suas políticas de segurança pública e nas polícias, com planejamento estratégico e investimentos em inteligência, reequipamento e modernização estão alcançando resultados significativos na redução e controle da criminalidade.

Dentre esses Estados destacam-se o Acre e o Espírito Santo. Mesmo em São Paulo, os esforços que visam abordar a segurança pública com novas atitudes estão surtindo algum nível de resultados positivos. Mas, de modo geral, falta à maioria dos Estados esta resolução de urgência e atitudes voltadas para a inovação e o planejamento estratégico sobre o tema.

O governo federal também tem um nível de responsabilidade na segurança pública. O combate ao narcotráfico, ao contrabando de armas, à lavagem de dinheiro e à corrupção são tarefas precípua da União.

Apesar de alguns êxitos localizados, o país exige atitudes mais urgentes e mais contundentes nessas áreas. Estados e governo federal precisam elevar seus níveis de parcerias no combate ao crime e à violência, principalmente em áreas críticas. O governo federal deveria capacitar a Polícia Federal para intervir em caso de necessidade nessas áreas. O uso das Forças Armadas só se justifica em casos em que a autoridade pública perde o controle da situação.

O desencadeamento de operações executivas, de caráter preventivo e repressivo, em áreas críticas de narcotráfico e contrabando, como fronteiras, portos e aeroportos, a partir de um cuidadoso planejamento sustentado sobre informações consistentes deve se constituir numa diretriz de atuação permanente do governo federal. Governos estaduais e governo da União, além de promoverem uma inovação de métodos e de instituições ligadas à segurança pública, devem aumentar sua capacidade de planejamento e de previsão, antecipando-se ao crime, superando essa fase de meras atitudes reativas, no geral, ineficientes.

No incremento das parcerias, por exemplo, a Polícia Federal e as polícias estaduais poderiam desenvolver um conjunto de ações em comum a partir de um detalhado planejamento estratégico.

O investimento e a urgência do poder público na área da segurança deve abarcar dois vértices: por um lado, com a modernização, equipamento e preparo das polícias, investimentos em inteligência, logística e em capacidade de coordenação. Por outro, mediante uma presença mais intensa com ações sociais, principalmente, nas áreas críticas. O abandono social das periferias das grandes metrópoles e a falta de serviços públicos básicos estão criando zonas de insegurança nas quais o único poder que impera é o poder do crime organizado.

Chega a ser espantoso que moradores da Rocinha lamentem e fiquem consternados com a morte do líder do tráfico, Luciano Barbosa da Silva, o Lulu, afirmando que ele representava a "estabilidade e a tranquilidade" da favela. A ausência do Estado, a desordem urbanística das metrópoles, as carências sociais, a falta de emprego, a falta de alternativas culturais e de lazer para os jovens são alguns dos fatores que agravam a crise da segurança pública, gerando um ambiente adequado para a prosperidade do crime.

A gravidade da situação parece exigir a adoção de um plano emergencial de ação imediata entre o governo federal e os governos de alguns Estados. Esse plano emergencial poderia ser executado através de um comando conjunto de forças federais e estaduais.

Na essência, ele depende de vontade política e da percepção de que a segurança pública não pode ser usada como um ativo eleitoral. A continuada tragédia da violência não se traduz em ganhos para ninguém. Quem mais perde é a sociedade e as famílias das vítimas.

* Presidente nacional do PT

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT
José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO
Marcelo Sereno

EDIÇÃO
Priscila Lambert - MTb 31085 (interina)

REDAÇÃO
Claudio Cezar Xavier, Vladimir Braga e Walter Venturini

ASSESSOR ADMINISTRATIVO
Rodrigo Zamprogna

APOIO ADMINISTRATIVO
Rafaela Soares

DIAGRAMAÇÃO
Sandra Luiz Alves

ILUSTRAÇÕES
Vicente Mendonça

SEDE

Rua Silveira Martins, 132
São Paulo, SP CEP 01019-000
Tel.: (11) 3243-1313
Fax: (11) 3243-1349
E-mail: ptnot@pt.org.br
Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 12.000 exemplares
Fotolitos e impressão: Gráfica King

Í N T E G R A

Leia o texto aprovado pelo DN

NAS PRÓXIMAS QUATRO PÁGINAS, CONFIRA A RESOLUÇÃO APROVADA

I - CONJUNTURA POLÍTICA

a) Partido de esquerda, governo da mudança.

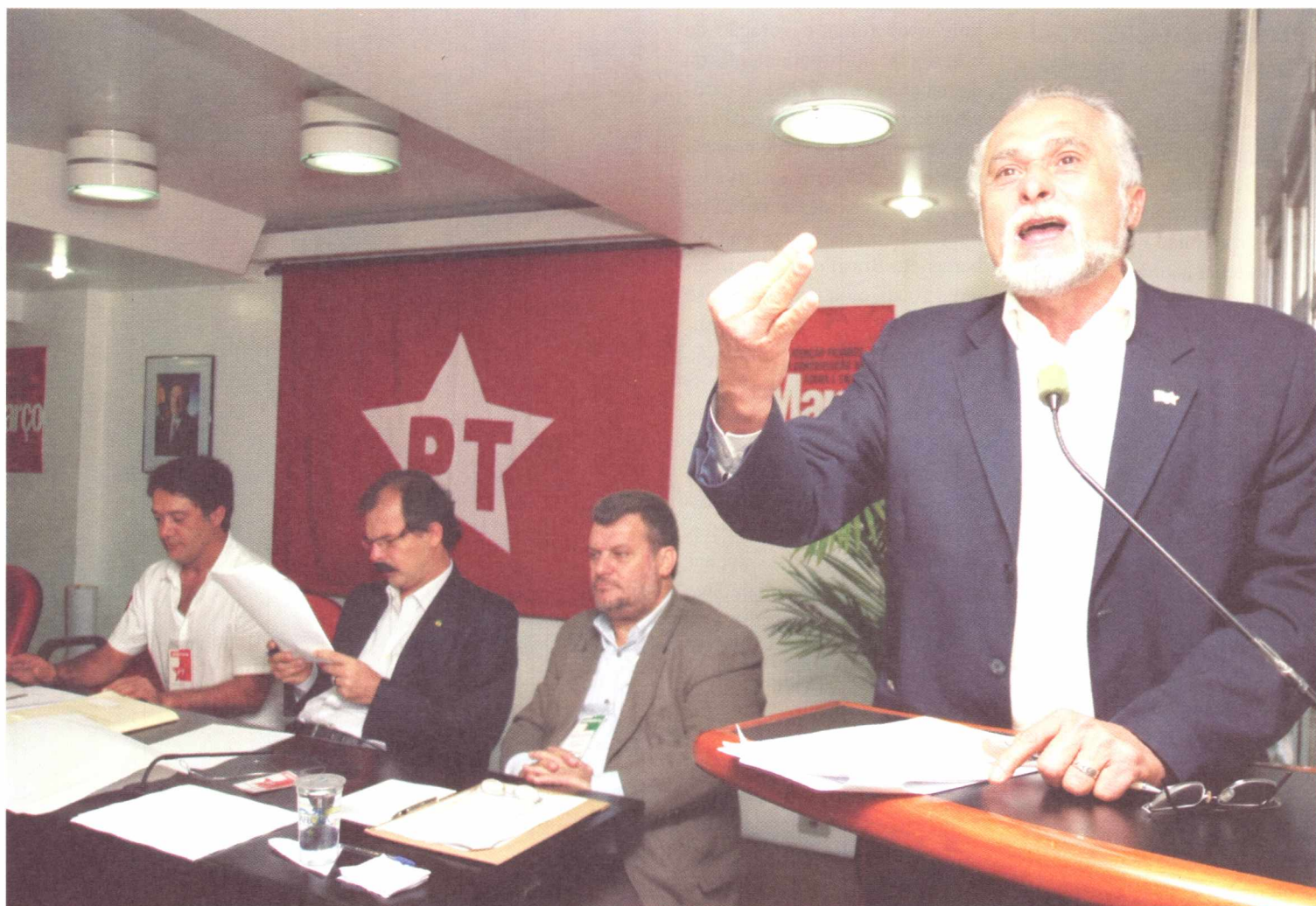
Nos últimos vinte anos, desde o fim da ditadura militar e reconquista da democracia política, a história do Brasil tem tido no PT um protagonista central na luta tenaz pela retomada do crescimento econômico e pela superação dos graves abismos sociais que exhibe a sociedade brasileira como uma das sociedades mais injustas do Planeta. Ao eleger Lula, o povo brasileiro fez uma clara opção pela mudança, as urnas expressaram a vontade popular por um novo modelo de desenvolvimento que retome o crescimento, promova a inclusão social, assegure a inserção soberana do Brasil no cenário internacional e promova a cidadania.

Sabemos que falta muito ainda a ser conquistado para que o Brasil se afirme como um país efetivamente democrático. Porque a democracia não se resume ao simples direito de votar, manifestar opiniões e protestar. Não haverá democracia enquanto a dignidade seja um privilégio e não diga respeito de fato à vida das pessoas. Não haverá democracia enquanto o fruto do trabalho de todos destina-se a uma minoria, e as oportunidades de ascensão econômica, social e cultural continuem amplamente inacessíveis. A palavra-chave que resume os anseios mais profundos da grande maioria dos brasileiros é oportunidades, direito que não existirá para todos enquanto próprio benefício da lei, desigualmente administrada. E nem haverá, democracia enquanto o próprio estado de direito for uma ficção para uma parcela do povo. Nem haverá oportunidades ampliadas enquanto o acesso ao conhecimento seja vedado a quem está impossibilitado de arcar com o custo adicional do ensino pago, apesar de pagar seus impostos. Enfim, a democracia continuará ausente no Brasil enquanto o Estado, ao invés de servir ao conjunto da sociedade, continuar estruturado precipuamente para gerir os interesses estritos de uma parte.

O mandato que o povo brasileiro deu a Lula é o mandato da mudança e é precisamente pelo respeito à soberania popular manifestada nas urnas que a democracia se fortalece. Ao dizer isto, neste momento, o Partido dos Trabalhadores não quer apenas reafirmar seus compromissos históricos, quer, sobretudo, dizer que, com senso de responsabilidade, tem muito claro o alvo dos seus atos e a tarefa histórica que, uma vez no governo, cabe-lhe empreender: a tarefa de fazer da democracia um bem de todos. Este é o sentido das mudanças que estão sendo implementadas pelo governo Lula.

b) Manter a iniciativa política e aprofundar as mudanças

Todo o esforço do PT, neste momento, deve estar concentrado na superação das dificuldades e na retomada da iniciativa política. Os primeiros resultados desse esforço já estão aparecendo. Na esfera do partido, devemos manter os esforços para ampliar o leque de alianças tendo em vista as eleições municipais e o fortalecimento dos movimentos sociais. No âmbito do governo, foi tornada pública a nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior; definiu-se o novo modelo do setor elétrico; adotaram-se medidas para a re-



Presidente nacional do PT, José Genoíno, apresenta a tese do Campo Majoritário, aprovada em reunião do DN

tomada dos investimentos na construção civil; encaminham-se o projetos de lei que regulamentam as PPPs e as agências reguladoras; formulou-se o projeto de controle público de vagas nas instituições privadas de ensino superior que gozam de benefícios fiscais e desenha-se o projeto da Reforma Universitária e o programa de expansão das universidades federais; definiu-se uma política ativa na implementação da reforma agrária; foram definidos investimentos públicos em saneamento e infraestrutura; intensificou-se o diálogo com os movimentos sociais em torno de suas pautas de reivindicação; abriu-se um amplo diálogo com o funcionalismo público sobre a pauta salarial; houve incremento da transferência de recursos para estados e municípios e duplicação dos recursos para a cultura, a ciência e a tecnologia, etc. Algumas dessas medidas, como a política industrial, regulamentação das PPPs, novo modelo do setor elétrico, começam a sacramentar a superação da era FHC e a configurar de forma prática o novo

modelo de desenvolvimento do Brasil. O governo Lula também fortaleceu a federação, negociando com todos os governadores e prefeitos. Repassou recursos necessários para aliviar a situação difícil de Estados e municípios e aprovou a CIDE. Vale destacar que a maioria dos entes federados não é governada pelo PT e que o governo atuou sem nenhum tipo de discriminação política ou partidária. E o presidente já anunciou que apresentará ao país no 1º de maio um conjunto de programas voltado para a geração de emprego e um novo conceito de salário mínimo que terá o maior reajuste possível dentro das ainda graves restrições nas finanças públicas.

Mais do que um Estado destituído de instrumentos aptos a promover o desenvolvimento, o governo Lula herdou um Estado que é ele mesmo um estorvo ao desenvolvimento. Herdou uma dívida pública que, entre 1994 e 2002, elevou-se de 30% para 56,5% do PIB; e uma dívida dolarizada em 49% de seu estoque e concentrada no curto prazo, o que torna necessário um superá-

vit primário que restringe a capacidade de investimento do setor público. Herdou ainda uma carga tributária correspondente a 36% do PIB, número que oito anos antes era de apenas 26% sem ampliar a abrangência e a qualidade das políticas sociais essenciais. Herdou uma taxa de juros de 26%, dada a precária estabilidade do real, exposto às pressões inflacionárias fortes e contínuas. E, entre inúmeras outras graves limitações, herdou uma situação de quase completo sucateamento da infra-estrutura econômica do país, a exigir esforços urgentes de investimento, sem os quais o objetivo de retomada do crescimento ficará dificultado.

O PT reitera seus compromissos com a ética na política e com a concepção republicana do Estado, fundada na publicização e na transparência de todos os atos do governo, na probidade com o dinheiro público e no combate aos privilégios e ao desperdício dos bens e recursos públicos. O PT e nosso governo estão empenhados em aprimorar todas as instituições que cumprem um papel essencial na fiscalização,

transparência e apuração de todo e qualquer indício de irregularidade na administração pública em todos os seus níveis.

c) O governo tem foco: liderar o país para diminuir as desigualdades e aumentar a coesão social

O governo Lula e o PT só conseguirão fazer uma inflexão na história do Brasil se persistirem com uma convicção tenaz e com todas as energias na realização prática de um objetivo sempre proclamado: a diminuição das desigualdades seculares e o aumento da coesão social do País. O governo Lula e o PT serão julgados pela capacidade de realizar ou não essa missão histórica. Sabemos que em quatro anos é impossível superar todos os abismos sociais e atender todas as carências gritantes do nosso povo. Mas em quatro anos seguramente apresentaremos uma mudança profunda no modelo de desenvolvimento, promovendo a inclusão social e revertendo o padrão histórico de desigualdades sociais de nosso país. A história de vida do presidente Lula,

ARTIGO

A hora é de crescer e gerar empregos

Aloizio Mercadante*

Nosso governo assumiu a administração do país dentro de uma crise grave e complexa, produto de desequilíbrios estruturais acumulados em diversas frentes durante o governo FHC e de tensões conjunturais que deixaram como herança um Estado endividado e fragilizado em sua capacidade de formular e operacionalizar políticas públicas, além de um elevado nível de desemprego e precarização das condições de trabalho.

A crise de 2002 impôs restrições adicionais ao novo governo. Por isso, o esforço em 2003 voltou-se principalmente para trazer os indicadores econômico-financeiros a patamares menores e trajetórias descendentes. Depois de níveis excessivos em 2002, o risco-Brasil está em torno de 600 pontos, o dólar em R\$ 2,90, a inflação em queda, para 5,5% ao ano, e o crédito externo restabelecido, permitindo desde julho de 2003 a diminuição da taxa básica de juros em 10,50 pontos percentuais.

O combate à instabilidade

de custou o crescimento do PIB em 2003. No entanto, os indicadores de fins de 2003 e início de 2004 — vendas no comércio, safra 2003/4, evolução do PIB e do investimento — já mostram a reativação. O mercado de trabalho dá sinais ainda tímidos de recuperação, mas que tendem a se consolidar nos próximos meses.

No comércio exterior, os resultados também são positivos. O saldo comercial em 2003 atingiu quase US\$ 25 bilhões e este ano já está em US\$ 7 bilhões, consequência do crescimento das exportações, que projetam para 2004 o recorde de US\$ 82 bilhões. Isto não se deve somente à desvalorização do Real, mas também às medidas nas áreas de promoção comercial, conquista de novos mercados, desoneração tributária, entre outras. O saldo comercial permitiu a reversão dos déficits nas transações correntes do balanço de pagamentos — em 2003, o superávit foi de US\$ 4,0 bilhões — e a recomposição das reservas internacionais do País, diminuindo a vulnerabilidade externa da economia.

No âmbito fiscal, o superávit primário elevado reduziu o impacto dos juros sobre o endividamento público. A dívida líquida, que em 2002 subiu 7,86%, desacelerou-se em 2003, fechando o ano em 58,2% do PIB (crescimento de 2,6%) e caindo em fevereiro de 2004 para 57,6% do PIB.

A estabilização econômica foi complementada por importantes medidas para a retomada do crescimento e do emprego. Vale destacar o fortalecimento e reorientação do BNDES, que voltou a ser um banco de desenvolvimento, financiando e apoiando setores fundamentais, como construção naval, infra-estrutura e agropecuária. Os desembolsos com recursos próprios, em 2003, cresceram 6%.

A reforma tributária também se destaca. Embora as mudanças aprovadas se distribuam em três etapas, muitas das medidas têm incidência imediata e positiva — como a desoneração dos bens de capital —, tanto em termos de justiça fiscal e consolidação do pacto federativo, quanto de estímulo aos investimentos e à produ-

ção. Além disso, outras medidas em exame no Congresso Nacional, como a nova Lei de Falências, o novo marco regulatório e as Parcerias Público-Privada (PPP), tornarão o ambiente econômico mais propício ao crescimento.

Uma mudança adicional fundamental para favorecer a expansão econômica é manter a atual meta de inflação, fixada em 5,5%, pelos próximos dois anos. Isto permitirá uma redução maior nos juros, aliviando as finanças públicas, estimulando o crédito e o investimento na economia, fatores fundamentais para ampliar o crescimento, sem perder a estabilidade.

Tais ações apontam no sentido de inaugurar um novo ciclo de crescimento sustentável da economia brasileira, dentro e como parte do qual avançar na solução dos nossos crônicos problemas sociais e na implantação de um novo padrão de inserção do Brasil na economia e no cenário internacional.

* Líder do governo no Senado

toda a coerência de sua vida pública são um patrimônio fundamental para a coesão social e o impulso de mudança que sua vitória representa, inclusive internacionalmente.

O PT não pode dispersar seu foco histórico: o combate à fome e a diminuição da pobreza, das desigualdades entre ricos e pobres. Enfrentar esse desafio exige compromisso, competência e obstinação. Ele tem que se expressar como algo real. Manter uma sociedade dilacerada pelo abismo da desigualdade é o primeiro obstáculo ao desenvolvimento sustentado. O verdadeiro desafio do PT está em continuar revertendo a marcha dos últimos anos, promovendo desenvolvimento com menos desigualdade, única forma de realizarmos as grandes reformas em prol da maioria da população. O governo do PT caracteriza-se como o governo que vai fazer do Brasil o país das oportunidades. Oportunidade de trabalhar, de produzir, de empreender, de inovar, de estudar, de criar, de gerar conhecimento e tecnologia, cultura e arte. O governo petista trabalha para transformar este Estado eivado de pequenos poderes e de pequenos redutos que tiranizam a sociedade, bloqueiam o acesso aos serviços de qualidade, diminuem os direitos, travam o desenvolvimento e o progresso e impedem um verdadeiro Estado de Direito. O compromisso com os menos favorecidos, com os deserdados e com aqueles que querem trabalhar e produzir é e será cada vez mais a diretriz orientadora das ações dos petistas que estão no governo.

Neste momento, todas as condições estão dadas para que o governo complete a transição para o novo período de sua existência e garanta a governabilidade com segurança e eficiência. Trata-se de um período propício para a afirmação do caminho do crescimento sustentado, com geração de emprego e estabilidade macroeconômica. Trata-se, também, de um período propício para recuperar a iniciativa política e consolidação da base de sustentação política partidária do governo. Trata-se de um momento propício para garantir a unidade interna do governo, construída sobre conteúdos, propostas e projetos. Somente esta unidade será capaz de garantir a concretização dos nossos objetivos. Governar com humildade e com espírito público de quem está imbuído de uma missão são pré-condições da competência. Precisamos consolidar a unidade superior interna ao governo, do governo com a base e do governo com o PT. Esta unidade é condição necessária para o êxito na tarefa de governar o Brasil e de implementar as mudanças que a sociedade espera. Vivemos um momento fecundo, capaz de intensificar a interação entre PT e governo, cada qual sabendo de suas responsabilidades específicas e dos desafios que precisam enfrentar. A hegemonia do capital financeiro é uma herança recebida da era neoliberal, em particular do governo FHC. A reversão deste quadro exigirá um determinado tempo, talvez mais que uma gestão democrática e popular. Nosso governo tem esta dimensão como uma preocupação permanente, na perspectiva de fortalecimento do setor produtivo da economia.

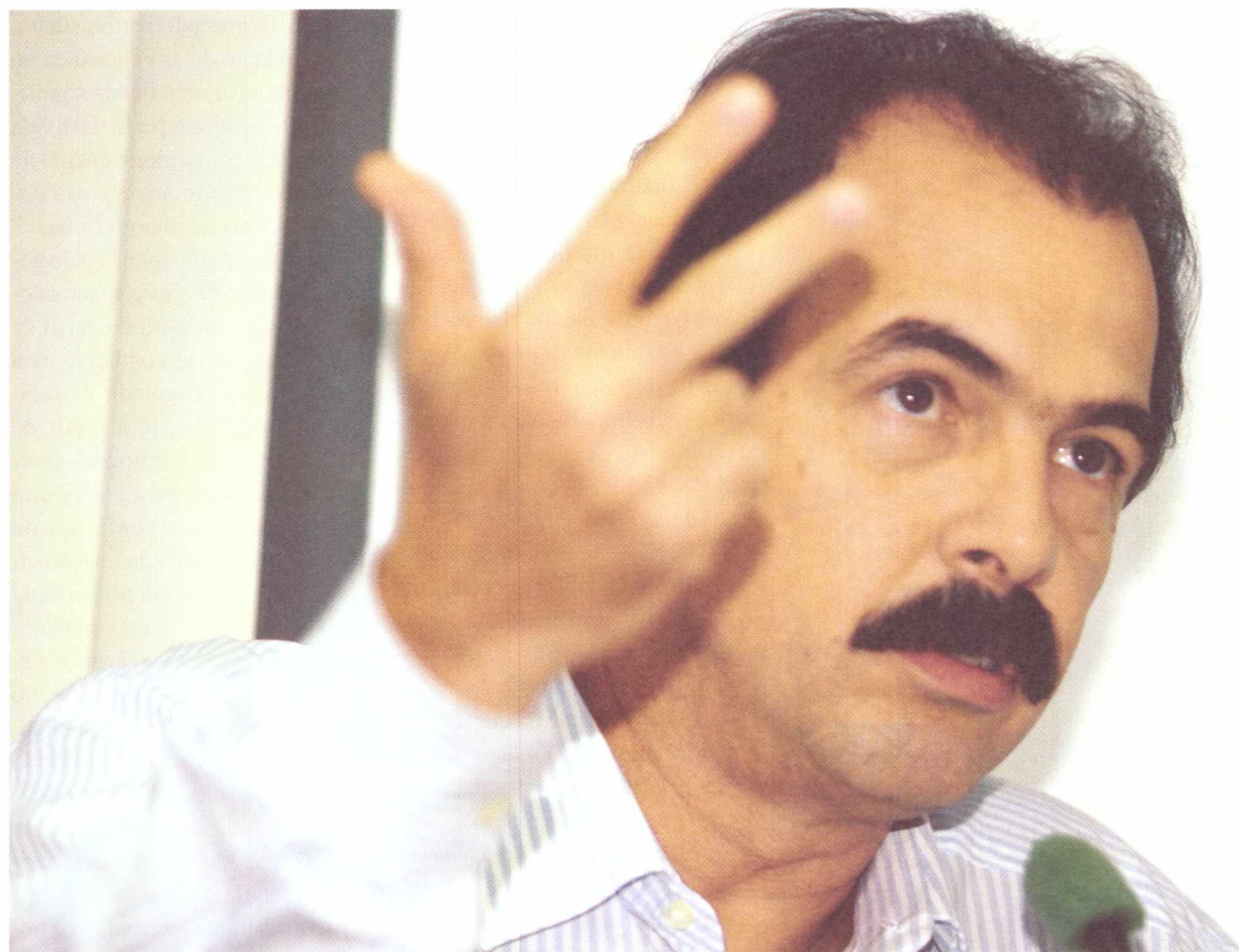
O PT e a esquerda vivem um momento ímpar de sua história no Brasil. Precisamos responder se as lutas que travamos até agora, que são as lutas dos movimentos sociais e do povo, terão, pelas nossas ações no governo, uma solução positiva. Os petistas que estão no governo preci-

ciência e a não universalização dos serviços básicos e dos serviços públicos etc. O desenvolvimento deve significar garantia de direitos, cidadania e suporte material para a vida. Desenvolvimento deve significar garantia de acesso à renda e ao direito de trabalhar. Desenvolvimento deve significar a promoção da igualdade racial e a garantia de acesso a renda e ao emprego, principalmente para mulheres e jovens.

A promoção do desenvolvimento requer também uma clareza de funções do Estado e do governo na sua promoção. Na última década disseminou-se no Brasil a idéia de que basta ao Estado garantir apenas as condições de estabilidade econômica e de competitividade e um ambiente adequado para os negócios. Para esse pensamento, o desenvolvimento é obra exclusiva do mercado. O PT discorda da concepção neoliberal que reduz o papel do poder público a de um simples espectador na promoção do desenvolvimento. O PT entende que a construção de um novo modelo de desenvolvimento deve ser um projeto conjunto do Estado e da sociedade. Cabe ao Estado o papel de indução, fomento, regulamentação da economia e proporcionar uma infra-estrutura adequada, seja com investimentos próprios, seja através de parcerias com o setor privado.

O novo protagonismo do Estado e do governo no desenvolvimento e na economia implica que ambos se concentrem mais nas funções de planejamento, coordenação de processos e atos, regulação e fiscalização, indução e apoio através da disponibilização de financiamentos, incentivos para algumas áreas, fornecimento de ativos em ciência e tecnologia, melhoria dos sistemas educacionais e de saúde, programas de agregação de valor, apoio à inovação e ao empreendedorismo e busca de novos mercados internacionais. O novo protagonismo comporta também uma aposta no desenvolvimento local e regional. A estratégia do desenvolvimento local e regional deve ter como objetivo reterritorializar práticas econômicas e produtivas, definir e reforçar o sentido de espaço e comunidade, apoiando e estimulando iniciativas de economia solidária e a criação de mecanismos de organização dos trabalhadores em associações, cooperativas, etc. O desenvolvimento local e regional comporta o reforço de uma série de atividades microeconômicas, tais como: reforçar as atividades produtivas de pequena escala ligadas às micros e pequenas empresas; apoiar e induzir a articulação das cadeias produtivas locais e regionais e estruturar novas cadeias; investir em aglomerados de negócios e arranjos produtivos; interligar os mercados regionais e intensificar intercâmbios comerciais e os fluxos de turismo; interligar regiões com logística e infra-estrutura e redes de serviços de saúde, educação e segurança, levando sempre em conta as vocações econômicas e culturais locais e regionais. A diminuição das desigualdades regionais no Brasil também deve ser um dos objetivos dessa estratégia.

O novo protagonismo do Estado requer também uma postura agressiva do governo na organização da economia orientada para as exportações. Produzir um choque de valor agregado nesses setores produtivos, apoiá-los com informações estratégicas sobre o comércio mundial e novas oportunidades nos mercados externos, garantir-lhe condições adequadas de infra-estrutura e logística, apoiá-los com uma ativa diplomacia comercial, prepará-los com informações adequadas sobre as novas regras e exigências do comércio internacional (regras da OMC) e abrir novos mercados ainda inexplorados, são funções que o Estado e o governo precisam desenvol-



O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, defendeu a atual política econômica do governo Lula

ver com eficiência para que o Brasil possa ampliar ainda mais seu superávit comercial e supere a vulnerabilidade externa. Um aspecto relevante para o sucesso do Brasil no comércio internacional está relacionado à capacidade de multinacionalização de grupos e empresas nacionais. Neste ponto, o Estado e o governo também são chamados a desenvolver um papel pró-ativo, coordenando processos com empresas e grupos de empresas, com a busca e fornecimento de informações estratégicas acerca de mercados e oportunidades internacionais e com a promoção, tanto no Brasil quanto no exterior, de eventos de negócios. Esta dimensão de uma intensa atuação internacional do Estado e dos empresários brasileiros é fundamental para contrabalançar o impacto estratégico que a economia global produz sobre nossa economia nacional.

O novo protagonismo do Estado e do governo requer também uma ação voltada sobre si mesmo. Uma reforma gerencial e administrativa, capaz de superar a ineficiência e de suprir o Estado com uma nova institucionalidade e capaz de dar conta da nossa contemporaneidade, é desejável e necessária. Mas é preciso atentar para o fato de que essa reforma só poderá ser feita de forma progressiva ao longo do tempo, sob pena de paralisar o funcionamento do Estado e do governo por completo. O Estado está permeado por organismos internos, espalhados pelos vários ministérios, com funções concorrentes, superpostas, sobrepostas, paralelas e contrapostas. O resultado dessa inadequação e desorganização é a morosidade no processo de tomada de decisões e na execução, a ineficiência e a paralisação burocrática.

O mecanismo que o governo dispõe hoje para enfrentar a inabilitação, o anacronismo e a paralisação do Estado consiste em conferir uma dinâmica transversal às ações governamentais a partir de projetos. A transversalidade deve ter sempre como foco em projetos definidos e deve ser complementada com a centralização e comando políticos de ministros para que decisões ágeis sejam tomadas. O governo pode investir também na recriação de instituições inovadoras e capacitadas a responder os desafios do presente, a exemplo do que fez com a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e do próprio Ministério do Desenvolvimento Social. Esses novos organismos estão aptos a aumentar a capacidade de coordenação e de responder com iniciativas mais eficazes em suas respectivas áreas. O governo deve investir na recuperação dessa capacidade de planejamento e coordenação estratégicas, com vistas a produzir prioridades, previsões, determinar focos e acabar

com a dispersão governamental, produtora da irrelevância e da inconseqüência. O Governo precisa aprofundar e amplificar todas as suas ações orientadas para a profissionalização de suas funções. Profissionalização que é incompatível com a incompetência e a ineficiência, pois são gargalos fundamentais para fazer o Estado trabalhar para a sociedade, e não o contrário. Essa visão profissional de governo, de recomposição do poder estruturante do Estado, de inovação e de integração constituem a clara visão política do horizonte a ser perseguido.

Outro grande desafio do desenvolvimento está relacionado a produção e difusão de conhecimento: educação, ciência e tecnologia. Vivemos num País, onde menos de 5% da população têm formação universitária. Mais de 50% dos jovens que terminam o ensino fundamental não completam o ensino médio. A qualidade da educação do Brasil, no ensino fundamental e médio, apresenta níveis desastrosos. Em um País com desigualdades e carências brutais como o nosso — que precisa encurtar as distâncias para o futuro e que necessita qualificar melhor os seus jovens, tanto para o trabalho quanto para o empreendedorismo — deve focar suas prioridades em dois pontos: a) melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis; e, b) formação massiva e qualificação dos jovens, universalizando o ensino médio. Esse foco, inclusive, deve ter como objetivo subsidiário a manutenção dos jovens por mais tempo na escola para que, por meio da educação e qualificação, possam ampliar sua cidadania.

c) Pré-Condições do Desenvolvimento

É tarefa fundamental do governo garantir pré-condições para o desenvolvimento. Essas pré-condições são de várias ordens. Do ponto de vista macroeconômico destacam-se a estabilidade monetária e de preços, a sustentabilidade fiscal e a manutenção de uma situação sólida nas contas externas. O governo avança também em garantias jurídicas,

eficiência institucional, crédito abundante e acessível, juros adequados, marco regulatório autônomo e eficiente e submetido ao controle público, modernas e não onerosas condições de infra-estrutura e logística e condições de competitividade entre as empresas e setores da economia. Somente com a solução urgente dessas condições o governo conseguirá criar um horizonte de previsibilidade e de confiança para os investidores privados, nacionais e estrangeiros.

O Brasil não pode retardar o desatamento desses nós legais e institucionais, constitutivos das pré-condições do desenvolvimento. Devemos priorizar o encaminhamento e aprovação de medidas tais como: o projeto de Parceria Público-Privadas (PPPs); a definição do novo marco regulatório com a legislação sobre agências reguladoras; a Lei de Falências; o Projeto de Lei que garante a participação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência no sistema financeiro (PL 3065/04); a definição e regulamentação da Central de Risco de Crédito e Portabilidade de Cadastro (BC) permitindo ao consumidor dispor de informações bancárias para utilizá-las para obter menores tarifas; Cadastro Positivo, disponibilizando informações sobre consumidores para que possam ser beneficiados pela concorrência; Projeto de Lei sobre Crédito Imobiliário e Securitização definindo regras claras para proteger os mutuários contra a falência de incorporadoras; Melhoria da Legislação sobre diversas modalidades de crédito, visando aumentar a disponibilização de crédito com menores spreads; estímulo à poupança e Conta Investimento. Essas medidas foram desencadeadas mas devem respeitar a dinâmica própria do processo legislativo.

d) Política industrial: Inflexão na economia com inovação institucional

O lançamento da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), representa um passo mais concreto, na implementação do novo modelo de

desenvolvimento econômico e social, prometido pelo governo Lula e pelo PT. Representa a superação do impasse dos últimos 25 anos em torno da incapacidade do país em encontrar um caminho para o desenvolvimento. Ela requer ainda complementações e aperfeiçoamentos. Expressa também uma diferenciação inequívoca em relação ao governo anterior, que não soube oferecer ao Brasil os balizamentos concretos e necessários para a retomada do desenvolvimento. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior provocará o impacto necessário no sistema produtivo com a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, orientada para a coordenação e execução da política industrial, a partir da unificação na prática do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, além de integração do BNDES, do BB, CEF e demais órgãos governamentais, em diálogo permanente com o mundo empresarial.

Para a implementação da Política Industrial, a criação de uma nova institucionalidade é o primeiro passo para superar o conservadorismo e o desperdício de recursos do Estado. Trata-se de uma decisão necessária para a reconstituição do poder estruturante do Estado brasileiro, de sua capacidade de interferir democraticamente na vida social. Pela sua ação delineadora de um novo País e potencializadora dos esforços governamentais, a política industrial deve mostrar-se capaz de colocar forças sociais em andamento e orientar a ação governamental, de modo a dar consistência a uma política de Estado. A política industrial constitui-se, desse ponto de vista, como uma linha de atuação inédita na história do país, sujeita, portanto, às acomodações e incertezas institucionais. O motor desse engenho, porém, é a disposição de praticar uma política pró-ativa, de relacionamento saudável com o setor produtivo, para além dos lobbies tradicionais em

nossa trajetória. Por isso mesmo, a política industrial, assim concebida, significa uma ruptura com as práticas que predominaram nos anos 90, distinguindo o governo Lula das diretrizes da última década. Do ponto de vista da ação prática, a implementação da Política Industrial é sinal de um novo modo de governar, que só adquire consistência quando o Governo define suas prioridades, hierarquiza sua intervenção pública e concentra seus instrumentos. Ao decidir o quê, como e quando fazer, o Governo contraria, antes de tudo, a lógica atual da máquina pública, desdobrada em centenas de programas e órgãos voltados para atender demandas pontuais, que muitas vezes geram dispersão e desperdício.

Agora a política industrial a ser implementada demonstra que o Brasil tem um governo diferente, que veio para modernizar radicalmente o nosso parque produtivo, aumentando nossa eficiência e competitividade. É preciso fazer interagir a macroeconomia, com a política industrial, com as exigências modernizadoras da microeconomia e com a inovação institucional para que o novo modelo econômico e social do País se consolide, sem os cacoeiros e a rigidez monetarista. Com a apresentação da Política Industrial o governo está diante da oportunidade singular de imprimir uma inflexão histórica à economia, reafirmando o lugar pró-ativo do Estado na definição das diretrizes do desenvolvimento. A política industrial está recusando na prática e a inação elevada a status ideológico dos anos 90. Permitirá que os ajustes da macroeconomia sejam feitos de forma concomitante à implementação de uma proposta de desenvolvimento. Além da política industrial strictu sensu, o estímulo aos investimentos requer a alocação de recursos em infra-estrutura e áreas-chave, de modo a desafogar a produção e viabilizar o crescimento. O conjunto dos Ministérios deve adquirir mais fluidez para implementar investimentos e estar menos submetido aos trâmites paralisantes da burocracia. A Política Industrial está orientada para a futura sociedade do conhecimento, permitindo conjugar esforços da área produtiva com o sistema educacional e com a Ciência e Tecnologia. O que se requer agora é capacidade de coordenação e de execução, com inovação de gestão, de processos e de produtos.

O Diretório Nacional do PT resolve

Articular a defesa do PT e do nosso governo, com o objetivo de reforçar o nosso projeto de mudanças estratégicas para o país, defendendo as realizações do governo Lula, frente à realidade em que governamos e às dificuldades que encontramos. Essa iniciativa do partido deve se realizar em todas as frentes de atuação, em plenárias e seminários de filiados, em todos os Diretórios Municipais e Zonais, em reuniões com os diversos segmentos da opinião pública, bem como os parlamentares e o movimento sindical e popular.

São Paulo, 17 de abril de 2004

PT NOTÍCIAS CUPOM DE assinatura

Assine o PT Notícias e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o PT Notícias chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

1) Cheque nominal à Editora Fundação Perseu Abramo.

2) Depósito bancário nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

3) Cobrança bancária.

4) Cartão de crédito:

Visa Mastercard Diners

Número do cartão: _____

Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

Sim, eu quero assinar o

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: Masculino Feminino

Filiado(a) ao PT: Sim Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 - Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo - SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

ELEIÇÕES 2004

GTE apresenta painel de coligações

PELO CENÁRIO ATUAL, PT TERÁ CANDIDATO PRÓPRIO EM 24 CAPITALIS. PCDoB DEVERÁ SER O MAIOR ALIADO DO PARTIDO NOS MUNICÍPIOS

O coordenador nacional do GTE (Grupo de Trabalho Eleitoral), Sílvio Pereira, apresentou aos membros do Diretório Nacional do PT, no dia 17 de abril, um panorama sobre as coligações que estão sendo negociadas para as eleições 2004. Até agora, segundo seus dados, o PT lançará candidatos próprios em 24 capitais — só não está definido o processo em Manaus (AM) e Boa Vista (RR). Nos 91 municípios acima de 150 mil eleitores, o PT lançará candidatos em 78 cidades, o que representa 85,7% dos municípios.

De acordo com o panorama atual, que ainda pode ser alterado, o maior aliado do PT nesta eleição deverá ser o PCdoB. Segundo o estudo elaborado pelo GTE, há grandes possibilidades de o partido comunista se coligar com o PT em ao menos 16 capitais. Caso o cenário permaneça como está hoje, o PCdoB só disputará com o PT em três capitais — Fortaleza, Teresina e João Pessoa (confira outras informações sobre as coligações no quadro ao lado).

Equacionamento

Pereira lembrou que, nas eleições municipais de 2000, o PT lançou 1.316 candidaturas a prefeito, mas praticamente a metade (47,5%) não chegou a alcançar 10% dos votos válidos. “Por isso, recomendamos que se faça uma análise aprofundada sobre a viabilidade dos candidatos antes de definir pela cabeça de chapa”,

afirma Pereira. “Ainda há tempo. Caso a análise conclua que as chances são remotas, defendemos que o PT busque se aliar a um outro partido da base de apoio ao governo Lula, buscando um melhor equacionamento político-eleitoral.”

O GTE nacional irá intensificar as negociações em nível nacional com os partidos da base de apoio ao governo federal e recomendar aos diretórios estaduais que avancem e aprofundem as negociações em cada Estado.

Sílvio Pereira reiterou que os objetivos prioritários do partido neste momento são ampliar e consolidar as alianças municipais e elaborar e aprofundar as propostas para as cidades que o PT quer governar. Além disso, todas as instâncias do partido devem auxiliar na tarefa de dar visibilidade política aos candidatos petistas.

Nesse sentido, o GTE nacional anunciou a publicação do caderno “Diretrizes de Programa de Governo”, que deve embasar as propostas para os municípios. Será lançada ainda, durante a Conferência Nacional de Estratégia Eleitoral — que ocorrerá em São Paulo nos dias 13, 14 e 15 de maio —, a revista “Experiências Exitosas dos Governos Municipais do PT”, em parceria com a Fundação Perseu Abramo, que servirá também para orientar os candidatos na elaboração de suas propostas para os problemas dos municípios.



O coordenador nacional do GTE, Sílvio Pereira, apresenta o panorama atual de coligações nos municípios

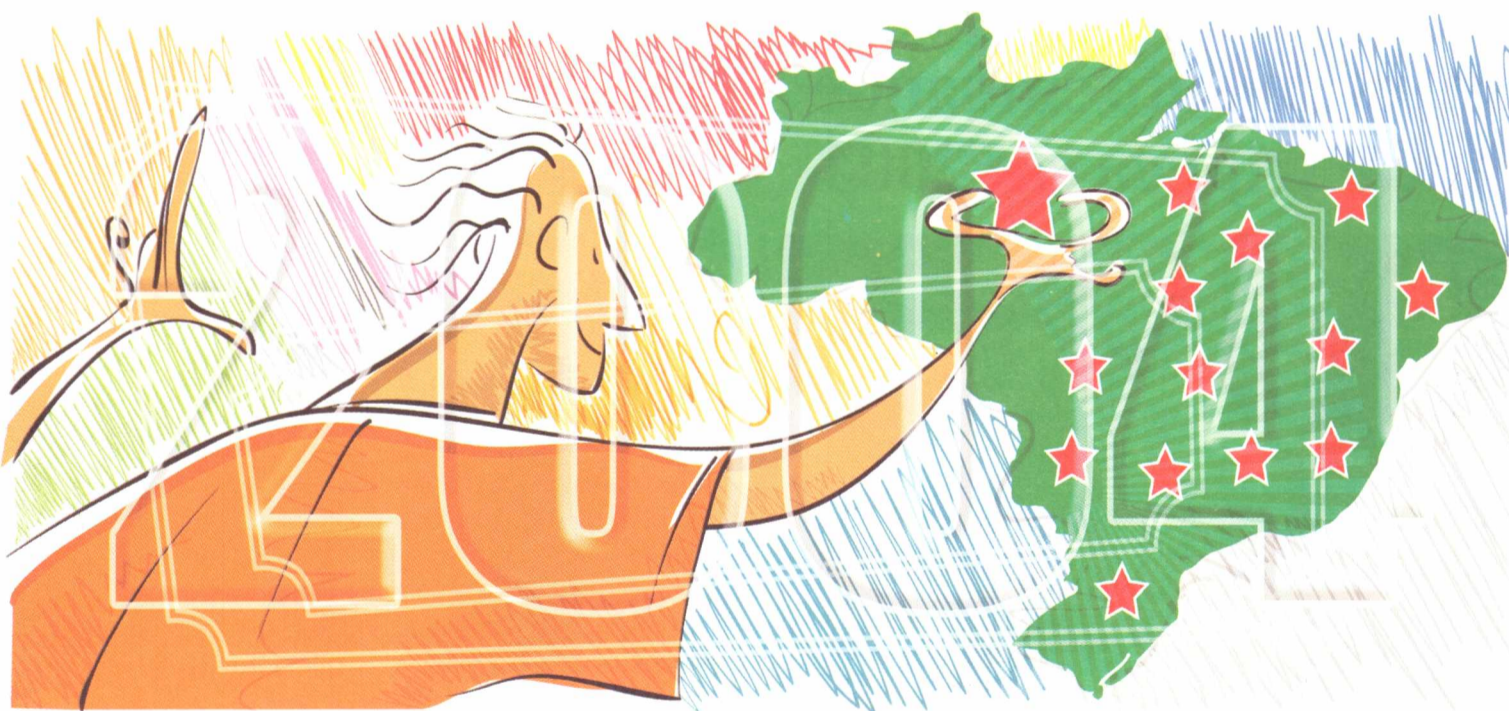
- ★ O PT está lançando candidaturas próprias em **24 capitais**. Nas outras duas (Manaus e Boa Vista) ainda pode vir a lançar
- ★ Nos 91 municípios acima de 150 mil eleitores, o PT lança candidatos em **78 municípios** (85,7%)
- ★ O **PCdoB** continua a ser o mais fiel dos parceiros do PT
- ★ O PT negocia com o **PMDB** em 14 capitais, com média probabilidade de sucesso
- ★ **PSDB e PFL** se confirmam como os principais adversários do PT.

13 municípios em que o PT deve apoiar outro partido:

Manaus (AM)	Candidatura própria ou bloco PPS/PL/PSB/PCdoB/PMDB
Serra (ES)	PDT
Vila Velha (ES)	PDT
Uberaba (MG)	Candidatura própria ou PL
Olinda (PE)	PCdoB
Cascável (PR)	Candidatura própria ou PDT
Belford Roxo (RJ)	PMDB
Duque de Caxias (RJ)	PSB
São Gonçalo (RJ)	PTB
Boa Vista (RR)	Candidatura própria ou PSB ou PPS
Bauru (SP)	Candidatura própria ou PDT
São José do Rio Preto (SP)	PPS
Taubaté (SP)	PMDB

Número de capitais onde temos atualmente probabilidade alta, média ou baixa de coligar

Partido	Probabilidade de coligação		
	ALTA	MÉDIA	BAIXA
PCdoB	16	7	3
PMDB	0	14	12
PPS	4	9	13
PL	5	7	14
PSB	7	5	14
PTB	2	7	17
PDT	0	8	18
PP	0	4	22
PSDB	0	2	24
PFL	0	1	25



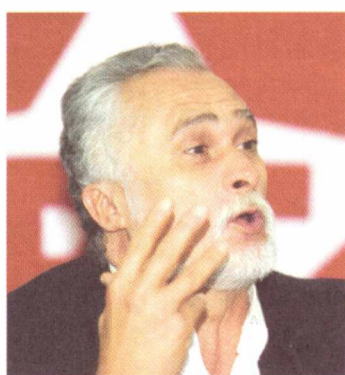
DN debate caso de Fortaleza

O Diretório Nacional do PT aprovou uma resolução em que orienta o Diretório Municipal de Fortaleza a considerar, na tática eleitoral do partido no município, os objetivos estratégicos nacionais do PT, “que incluem a necessidade de aliança com os partidos da base aliada, em especial o PCdoB”.

O PT de Fortaleza optou por lançar candidata própria à prefeitura — a deputada estadual Luizianne Lins —, mas a direção nacional defende que o PT apóie o PCdoB, que lançou o deputado federal Inácio Arruda a candidato a prefeito.

“Não há proposta de intervenção da direção nacional no processo eleitoral em Fortaleza. O que vamos fazer é um convencimento político com o PT de Fortaleza dar um apoio ao candidato do PCdoB”, ressaltou o presidente nacional do partido, José Genoíno.

O Diretório Nacional delegou à Executiva a tarefa de encaminhar junto ao Diretório



José Genoíno



Luizianne Lins

Municipal de Fortaleza a discussão sobre a unidade das esquerdas no município. A Executiva, por sua vez, remeterá ao DN a decisão sobre os encaminhamentos relativos à tática eleitoral na capital cearense.

Durante a reunião do DN, Luizianne apresentou os resultados de uma pesquisa que indica que ela estaria em terceiro lugar na corrida à prefeitura, com 8% dos votos em Fortaleza. “Acho que temos chance de ir para o segundo turno e ganhar”, afirmou ela, que quer disputar com a cabeça de chapa na capital, que não tem candidato próprio há oito anos.

O coordenador nacional do GTE, Sílvio Pereira, pediu que o PT de Fortaleza levasse em conta as necessidades do partido não apenas em nível local, mas nacional. “Para as eleições deste ano, o PCdoB estará conosco possivelmente em 90% nos municípios. Temos que levar isso em conta”, disse Pereira.

Leia a íntegra do documento:

Resolução sobre Fortaleza

O Diretório Nacional do PT, reunido em 18 de abril de 2004, decide:

1. Orientar o Diretório Municipal de Fortaleza a considerar, na tática eleitoral do partido, no município, os objetivos estratégicos nacionais do PT, que incluem a necessidade de aliança com os partidos da base aliada, em especial o PCdoB.
2. O Diretório Nacional do

PT delega à Comissão Executiva Nacional a tarefa de encaminhar junto ao Diretório Municipal de Fortaleza a discussão sobre a unidade das esquerdas.

3. A Comissão Executiva Nacional encaminhará ao Diretório Nacional para decidir os encaminhamentos relativos a tática eleitoral em Fortaleza.

Diretório Nacional do PT

Confira o calendário do PED 2005

O Diretório Nacional do PT aprovou o novo calendário do Processo de Eleições Diretas (PED) 2005, que será realizado no dia 18 de setembro do próximo ano. Confira o documento com as datas:

Calendário do Processo de Eleições Diretas 2005

Considerando o parágrafo 1º do artigo 35 do Estatuto do PT, que determina a responsabilidade do Diretório Nacional para estabelecer o calendário para o Processo de Eleições Diretas (PED) e a Resolução do DN de 15/03/04, que alterou a data de realização do PED para o mês de maio de 2005;

Considerando que o início do processo eleitoral interno se dá com a inscrição de chapas e teses nacionais, que deve ocorrer 120 dias antes em nível nacional, no caso em janeiro de 2005, quando estaremos recém saídos das Eleições 2004, com muitos municípios em fase de transição de governo municipal; O Diretório Nacional do PT,

RESOLVE:

1. Define a data de 18 de setembro de 2005 para a realização da eleição das direções zonais, municipais, estaduais e nacional do PT, bem como seus respectivos presidentes, conselhos fiscais, comissões de ética e delegados aos encontros zonais e municipais.

2. A inscrição de chapas e de nomes para o cargo de presidente, bem como a entrega das teses, deverá ser feita perante a Comissão Executiva correspondente, observando-se os seguintes prazos:

- ★ Até 21 de maio de 2005 em nível nacional – 120 dias antes
- ★ Até 20 de junho de 2005 em nível estadual – 90 dias antes
- ★ Até 20 de julho de 2005 em nível municipal e zonal – 60 dias antes

3. Observadas as demais normas estatutárias pertinentes, poderão votar e ser votados no PED 2005 os filiados ao partido até o dia 18 de setembro de 2004.

4. Nos municípios que tenham sua Comissão Provisória constituída após 18 de setembro de 2004, os filiados só poderão votar na eleição das respectivas direções e delegações municipais, exigindo-se, nesse caso, filiação até 22 de março de 2005 para votar e ser votado.

5. As listas de votantes serão elaboradas pela instância nacional a partir do Cadastro Nacional de Filiados, e nelas serão incluídos os filiados que atendam os critérios previstos nos itens 3 e 4, cujos formulários de filiação tenham sido postados para o DN até o dia 22 de outubro de 2004 no caso do item 3, e até dia 22 de abril de 2005, no caso do item 4.

ELEIÇÕES 2004

PT lança Comitê de Empresários

INTENÇÃO É FORMAR UMA REDE COM CERCA DE 20 MIL EMPREENDEDORES EM TODO O PAÍS APOIANDO E PARTICIPANDO DAS CAMPANHAS PETISTAS

O PT lançou, no dia 17 de abril, o Comitê Nacional de Empresários, que terá como objetivo apoiar as candidaturas petistas, angariar recursos para as campanhas e, acima de tudo, participar da discussão de políticas públicas para embasar os programas de governo municipais do PT.

Segundo José Carlos Almeida, coordenador do comitê, a criação do grupo de empresários militantes é um “marco representativo na vida política pela parceria do empreendedorismo aplicado à vida político-partidária.”

O comitê nacional é formado por 50 empresários — entre eles, 27 coordenadores estaduais e o restante representantes da capital e do interior de São Paulo. Todos os Estados também já formaram seus comitês regionais de empresários. A idéia é irradiar a iniciativa para os municípios, que também devem criar seus comitês. De acordo com Almeida, a previsão é de pelo menos quatro empresários por comitê, em cada uma das instâncias, formando uma imensa rede de 20 mil participantes em todo o país. Em São Paulo, o coordenador do comitê será o empresário Lawrence Pih, proprietário do

Moinho Pacífico, o maior moinho de trigo da América Latina e um dos maiores exportadores de trigo do mundo.

O lançamento reuniu cerca de 150 pessoas, a maioria empresários, e contou com a presença dos ministros Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), Olívio Dutra (Cidades) e Waldir Pires (Controladoria Geral da União), do prefeito petista de Goiânia, Pedro Wilson, e dos secretários nacionais do PT Paulo Ferreira (Secretaria de Assuntos Institucionais), Delúbio Soares (Finanças) e João Felício (Sindical).

Waldir Pires se mostrou otimista com o alcance da ação. “Nunca tivemos uma articulação desta envergadura para o desenvolvimento no rumo de uma grande nação como agora”, afirmou. “Precisamos ganhar as eleições para organizar a solidariedade, dirigir a sociedade politicamente com horizonte de inclusão e desenvolvimento.”

De acordo com Delúbio Soares, o comitê será um espaço de debate do projeto de desenvolvimento do partido, “para quando não estiver sendo aplicado como o desejado”. “Só tem sentido ganhar o governo se for para gover-

nar para todos”, disse. A valorização de quem trabalha e de quem produz é, para o dirigente, uma marca das administrações petistas. Ele ressaltou a igualdade de vozes de empresários e sindicalistas no PT e o caráter empreendedor das administrações petistas.

A presidente do Instituto Florestan Fernandes, Maria Tereza Augusti, foi convidada pelo GTE nacional para participar da elaboração de metodologias para programas de governo, com a finalidade de dar identidade conceitual às candidaturas petistas. Maria Tereza agradeceu o convite e citou a gestão democrática, a participação cidadã, o controle social e o desenvolvimento local e regional como alguns dos eixos centrais dos programas de governo.

O prefeito Pedro Wilson também manifestou apoio à iniciativa, destacando a necessidade de uma aliança empresarial-partidária para além das eleições “se associar a um projeto de desenvolvimento”. Ele falou das dificuldades dos municípios e citou a Prefeitura de São Paulo como exemplo de um salto qualitativo que pode ocorrer nesta eleição. “É preciso saber comunicar nossas realizações.”

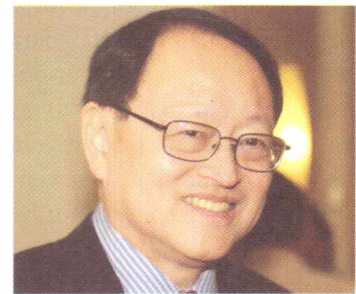


O lançamento do comitê contou com a presença de ministros e lideranças petistas

Pih comandará grupo paulista

O empresário Lawrence Pih, um dos maiores exportadores de trigo do mundo, foi nomeado coordenador do Comitê de Empresários de São Paulo, Estado com a maior concentração empresarial do país. Pih, que apóia Lula e o projeto petista de governo e expressa publicamente sua posição desde 1986, acredita que as eleições municipais são uma oportunidade de consolidar o apoio ao governo Lula.

Pih assume a tarefa de obter os apoios empresariais num momento de turbulência internacional nos mercados, o



Empresário Lawrence Pih

que, em sua opinião, justifica a cautela da equipe econômica do governo. Ele aponta a sinalização de aumento nos juros norte-americanos e o agravamento da crise no Iraque como fatores que devem

influenciar a economia brasileira. “Apesar disso, o Banco Central tem mantido uma trajetória de queda nos juros”. O empresário pondera que “não adianta baixar muito os juros, agora, se tiver que aumentar depois”.

Pih citou a desoneração da cesta básica como uma proposta petista que seduz os empresários. A proposta funciona como um programa de distribuição de renda. “Ao reduzir impostos desses produtos, há uma alavancagem desse mercado em todo o país”, explica.

GOVERNO

Investimento em saúde bucal triplica em 2004



Lula, no lançamento do programa em Sobral, no Ceará

A Política Nacional de Saúde Bucal (PNSB) — Brasil Sorridente —, lançada pelo Ministério da Saúde, receberá R\$ 1,2 bilhão de investimento até o fim de 2006. Este ano, os recursos destinados ao atendimento bucal pelo Sistema Único de Saúde (SUS) quase triplicaram, passando de R\$ 84,5 milhões, gastos em 2003, para R\$ 238,2 milhões, valor que será aplicado este ano. Até 2006, a verba deverá crescer quase sete vezes, atingindo R\$ 553,2 milhões. A política nacional está baseada em ações simples (fluoretação da água, ampliação de equipes, melhoria dos salários, entre outras), mas que demandam investimentos.

O plano de metas do Brasil Sorridente inclui, entre outras ações, a distribuição, em parceria com o Ministério da Educação, de 2 milhões de kits já neste ano para 500 mil alunos da rede pública de ensino. O kit é composto por es-

cova e creme dental e, se usada com regularidade, previne quase que totalmente a incidência de cárie.

Uma das metas é implantar, até o fim de 2006, a fluoretação — que previne a incidência de cárie — em todos os municípios que têm estações de tratamento e distribuição de água, mas ainda não utilizam o flúor. São aproximadamente duas mil cidades. Atualmente, 2.300 municípios já dispõem de flúor na água que sai das torneiras. O programa Brasil Sorridente também prevê a construção de 400 centros odontológicos em municípios estratégicos, que servirão de referência para as suas regiões. Nesses locais, será prestado atendimento odontológico especializado, periodontia (doenças da gengiva), cirurgias odontológicas, tratamento de lesões bucais (auxílio no tratamento de câncer bucal), endodontia, ortodontia e próteses.

Nordeste vai fornecer petróleo verde

A ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, inaugurou, no final de março, o primeiro núcleo de produção de mamona do Piauí, localizado no município de Canto do Buriti (435 km de Teresina). “Nós vamos extrair petróleo verde das terras do Nordeste”, afirmou a ministra.

A cerimônia foi o pontapé inicial para a produção de biodiesel a partir da mamona, uma experiência pioneira no país que tem no Piauí o marco inicial. A solenidade também representou um marco da nova era para desenvolvimento sócio-econômico do país, inserindo o Brasil entre os grandes países que têm buscado na agri-



Dilma Rousseff lança programa no Canto de Buriti (PI)

cultura familiar o modelo para o crescimento da nação.

Para se ter uma idéia da dimensão do programa, esta é a primeira vez que governo federal, governo do Estado, iniciativa privada e tra-

balhadores rurais se unem num projeto que visa a gerar 3.000 empregos diretos apenas no Piauí, fixando o homem no campo, com responsabilidade social e com vistas à preservação do meio

ambiente. O investimento beira a casa dos R\$ 60 milhões. “Este programa tem de dar certo porque ele será um dos modelos de implantação do biodiesel no Brasil”, destacou a ministra.

A meta é reduzir a importação, neste caso, do diesel. Dilma esclarece que 30% do abastecimento interno de diesel é importado de outros países. Segundo a ministra, o biodiesel é fundamental também porque pode combinar produção e energia barata, além de ser econômica e ecologicamente correto, com a possibilidade de geração de emprego e renda. “Então este programa é fundamental não só para o Piauí, mas para o Brasil.”

Fontes Alternativas diversificam matriz energética

O Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), lançado no dia 30 de março pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, contribuirá para maior confiabilidade e segurança ao abastecimento de energia elétrica no país. O Proinfa prevê a contratação de 3.300 MW de potência instalada no Sistema Interligado Nacional (SIN) produzidos por fontes eólicas, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), sendo 1.100 MW de cada fonte. Essa produção dobrará a participação na matriz de energia elétrica brasileira dessas fontes, que atualmente respondem por 3,1% do total produzido e, em 2006, podem chegar a 5,9%, garan-

tando mais energia limpa, gerada de forma sustentável, para o abastecimento do país.

“O Proinfa é a demonstração mais inequívoca de que estamos falando muito sério quando afirmamos acreditar no crescimento sustentável do nosso país”, disse o presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o lançamento do Proinfa. “Se depender, não da disposição, mas da ação do governo, nós estaremos, 24 horas por dia, dispostos a discutir com qualquer empresário, brasileiro ou estrangeiro, projetos concretos de investimentos para o nosso país”, reforçou.

O programa, desenvolvido pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela Eletrobrás, é um im-

portante mecanismo para garantir maior inserção do pequeno produtor de energia elétrica e gerar mais empregos no país. Durante a construção e a operação dos empreendimentos, serão gerados 150 mil empregos diretos e indiretos, com investimentos do setor privado da ordem de R\$ 8,6 bilhões. Um dos referenciais do Proinfa é a questão ambiental, pois todos os empreendimentos contratados terão de ter Licença de Instalação concedida pelos órgãos ambientais.

Criado em 2002, pela Lei 10.438, o Proinfa foi reformulado em novembro passado para assegurar a participação de um maior número de Estados no programa, incentivar a indústria nacional

e excluir consumidores de baixa renda do rateio da compra da energia gerada pelos projetos selecionados. O índice mínimo de nacionalização do custo total de construção dos projetos é de 60%.

No Brasil, 41% da matriz energética é renovável, enquanto a média mundial é de 14% e nos países desenvolvidos, de apenas 6%, segundo dados do Balanço Energético Nacional — edição 2003. A entrada de novas fontes renováveis evitará a emissão de 2,5 milhões de toneladas de gás carbônico/ano, ampliando as possibilidades de negócios de Certificação de Redução de Emissão de Carbono, nos termos do Protocolo de Kyoto.